

Terra e cidadania

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A cabo de assinar, por interesse social, decretos de desapropriação de terras que atingem um milhão de hectares. Essa área corresponde à soma de todos os laranjais de São Paulo. Trata-se da maior ação de reforma agrária feita no Brasil. Cerca de 17 mil famílias, um contingente aproximado de 80 mil pessoas, poderão receber seu pedaço de terra e iniciar uma vida nova, com a certeza de um futuro melhor.

Ganham as famílias dos "sem-terra", ganha o Brasil. Os 60 mil empregos gerados nos novos assentamentos rurais colocarão em produção áreas que se encontravam ociosas, servindo à especulação fundiária. Terra improdutiva que se transformará em terra de produção, gerando alimentos para aliviar a fome de muitos brasileiros.

O meu compromisso de campanha estabelece a meta de assentar 280 mil famílias nos próximos quatro anos. Essa meta deverá ser atingida de forma progressiva, iniciando-se, em 1995, com o assentamento de 40 mil famílias. O número aumentará a cada ano e prevemos que em 1988 sejam assentadas cem mil. São números ousados, pois a média histórica anual, desde 1985, situa-se ao redor de 20 mil assentamentos.

Durante os governos militares, os grandes projetos de colonização em terras públicas deram a marca das ações fundiárias. Já nos governos democráticos, a reforma agrária foi impulsionada, fazendo com que a terra privada, porém ociosa, trocasse de dono. Até 1994, fim do Governo Itamar Franco, o Governo federal havia desapropriado 8,1 milhões de hectares de terras, instalando 850 projetos de assentamento para 143.500 famílias. Somando-se às ações dos Governos estaduais, 13 milhões de hectares de terras foram incorporados à produção rural, lavrados por 265 mil novos agricultores. Trata-se de inquestionável conquista da democracia brasileira.

Mas é preciso ir além. Muita injustiça continua a castigar os homens do campo, muita desigualdade ainda subsiste na agricultura. A reforma agrária, desapropriando terras ociosas para

destiná-las aos pobres, é um imperativo para enfrentar a extrema desigualdade ainda existente no agro brasileiro. Por isso avançaremos, vistoriando as propriedades rurais que estejam sendo mal exploradas, visando a preparar sua desapropriação por interesse social.

Não basta, porém, desapropriar terras. Além do necessário apoio aos novos assentamentos, outras políticas terão de ser implementadas para democratizar o acesso à terra e garantir melhores condições de emprego e renda na agricultura. A miséria social no campo precisa ser atacada em várias frentes. Não adianta somente a reforma agrária. E preciso mais.

«Vamos desenvolver um programa voltado para os jovens agricultores»

Em primeiro lugar, é imprescindível formular e executar um decidido programa de apoio à **agricultura familiar**. Esse numeroso segmento de produtores rurais — as estimativas indicam cerca de 2,5 milhões — já possui a terra, mas não consegue produzir nem sobreviver com dignidade. Seja porque a terra é insuficiente ou de má qualidade, seja porque não tem acesso às modernas tecnologias, seja porque a competição do mercado o marginaliza.

É fundamental direcionar o esforço público, principalmente seus poucos recursos, para apoiar essa categoria de produtores, deixando que o mercado se encarregue do financiamento dos produtores capitalistas. Nesse sentido, determinei que, em 90 dias, o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária apresente um programa de fortaleci-

mento da agricultura familiar no Brasil.

Em segundo lugar, é fundamental ampliar a educação no campo. Tenho afirmado sempre que sem educar o povo o Brasil não tem futuro. Isso vale mais ainda para o campo, onde as taxas de analfabetismo são maiores. Além de reforçar a educação básica, vamos desenvolver um programa voltado para os jovens agricultores.

Através da revitalização das escolas técnicas agropecuárias e contando com o apoio das universidades e demais órgãos governamentais, como a Embrapa e o Incra, vamos aprimorar os conhecimentos dos filhos de agricultores, capacitando-os a trabalharem com as novas tecnologias e aperfeiçoando o gerenciamento de suas atividades rurais. Esse treinamento deve, inclusive, servir como passaporte para os assentamentos da reforma agrária, credenciando os novos agricultores.

Em terceiro lugar, para enfrentar a miséria rural, será preciso desenvolver **programas específicos** direcionados para o Nordeste. Destaco, entre eles, a recuperação da cotonicultura. O algodão é cultura fortemente empregadora de mão-de-obra e plantada desde o semi-árido até o sertão. Sua revitalização, após a crise decorrente da praga do bicudo e dos baixos preços, é um anseio dos agricultores, especialmente dos pequenos.

O melhoramento genético dos rebanhos de bovinos e caprinos é outro programa de grande impacto na pequena produção rural, assim como a modernização do cultivo e da tecnologia de processamento do caju, que poderão oferecer excelentes oportunidades para a agricultura tradicional do Nordeste.

Essa é a base da política fundiária de meu governo: acelerar a reforma agrária e, ao mesmo tempo, desenvolver ações que fortaleçam os pequenos agricultores familiares e combatam a miséria rural, impedindo o êxodo através da criação de empregos no campo. Sem demagogia, sem violência, mas com a firme determinação de democratizar a propriedade da terra no país. Essa é a exigência da cidadania. Esse é o caminho do futuro.